



### 3 20 anos de Durban

“Há 20 anos, acontecia a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do Sul. O Brasil participou com a maior delegação, após diversas reuniões preparatórias, considerando como temas prioritários a adoção de ações afirmativas com a implementação de cotas raciais e a condenação do colonialismo e da escravidão como fundamentais na produção histórica de iniquidades. A conferência, ocorrida entre 31 de agosto e 9 de setembro de 2001, contou com a presença de 173 países, 4 mil organizações não governamentais e mais de 16 mil participantes, sendo o Brasil o que somou o maior número de representantes, com 42 delegadas/os. A participação efetiva do movimento negro e de mulheres negras na conferência insere o país no contexto transnacional da **luta antirracista**. Ainda assim, tensões políticas promovidas por países ocidentais indicaram a indisposição desses em admitir a escravidão africana como crime de lesa-humanidade, isentando-se de um debate sobre reparação. O envolvimento das mulheres negras foi fundamental não apenas na construção da agenda de Durban, mas na sua atuação durante o evento, sendo a ativista Edna Roland a relatora-geral da conferência.



Dois documentos foram importantes para a adoção de políticas públicas de enfrentamento do racismo em todo o mundo, os quais o Brasil é signatário: a Declaração de Durban e o Programa de Ação. O compromisso do Estado brasileiro implicou propostas e ações governamentais no reconhecimento do racismo como estruturante das desigualdades. Porém, ainda se faz necessário estabelecer mecanismos de acompanhamento para que as conquistas de Durban se tornem realidade.”

### 4 Gritos das ruas

“O julgamento do caso George Floyd (o policial Derek Chauvin foi condenado, em abril, por, em 25 de maio de 2020, matar Floyd ao sufocá-lo por quase 10 minutos) e a pandemia colocaram a pauta racial em um novo patamar. Ela nunca deve ser vista como um recorte, mas como um elemento central da sociedade. No caso do Brasil, é nossa espinha dorsal. Essa pauta passou a estar nas conversas diárias de pessoas que sequer se atentavam para a importância da luta antirracista. Senti em grupos próximos, principalmente de pessoas brancas, uma vontade de querer fazer diferente diante dessa enxurrada de temas urgentes. Quanto à pandemia, pensando principalmente na nossa realidade, as coisas ficaram ainda mais escancaradas. Por exemplo, na Defensoria Pública (da Bahia), por meio do Núcleo de gestão ambiental (NUGAM), atendemos um setor que faz assistência a catadores e catadoras de material reciclável, que são majoritariamente mulheres negras. Elas estão no primeiro nível das necessidades humanas. Quando vamos visitá-las e perguntamos sobre as medidas protetivas contra a covid-19, ouvimos:

“**Primeiro, comida.** Depois, saúde’. A gente vê essa diferença gritante, que tem mobilizado as pessoas. Não sei quanto tempo vai durar essa vontade, mas eu senti que algo mudou. Nesse sentido, a ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância (em maio) também é um caminho. A adesão do Brasil a esse compromisso internacional é importante para que a gente possa construir um novo projeto de nação, um projeto em que o racismo não seja um elemento central. A convenção traz fôlego e mais instrumentos que podem ser utilizados para a implementação de ações afirmativas, como as políticas de cotas raciais nos concursos públicos.”